

2054	Televisão Verdes Mares Ltda	Tabuleiro do Norte	CE	26	Televisão Verdes Mares Ltda	53900.028556/2016-59
2055	Fundação Tres Fronteiras	Caruaru	PE	41	Fundação Tres Fronteiras	53900.028463/2016-24
2056	Televisão Verdes Mares Ltda	Paracuru	CE	26	Televisão Verdes Mares Ltda	53900.027698/2016-07
2060	Televisão Verdes Mares Ltda	São Gonçalo do Amarante	CE	41	Televisão Verdes Mares Ltda	53900.027702/2016-29
2062	TV Diário Ltda	Caridade	CE	19	TV Diário Ltda	53900.027726/2016-88
2065	TV Diário Ltda	Jaguaribe	CE	23	TV Diário Ltda	53900.028487/2016-83
2067	TV Diário Ltda	Pacoti	CE	41	TV Diário Ltda	53900.028506/2016-71
2070	TV Diário Ltda	São Gonçalo do Amarante	CE	40	TV Diário Ltda	53900.027729/2016-11
2074	TV Diário Ltda	Paraipaba	CE	19	TV Diário Ltda	53900.028494/2016-85
2073	TV Diário Ltda	Itapagé	CE	21	TV Diário Ltda	53900.028509/2016-13
2072	TV Diário Ltda	Trairi	CE	40	TV Diário Ltda	53900.028521/2016-10
2071	Rede União de Rádio e Televisão Ltda	Limoeiro do Norte	CE	47	Rede União de Rádio e Televisão Ltda	53900.028848/2016-91
2069	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	Imperatriz	MA	19	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	53900.066487/2015-09
2066	TV Diário Ltda	Quixeré	CE	49	TV Diário Ltda	53900.028498/2016-63
2064	Televisão Verdes Mares Ltda	Banabuiú	CE	31	Televisão Verdes Mares Ltda	53900.028527/2016-97
2061	Rede União de Rádio e Televisão Ltda	Baturité	CE	41	Rede União de Rádio e Televisão Ltda	53900.028843/2016-69
2059	Sistema de ComunicaçãoPantanal S/C Ltda	Viamão	RS	20	Sistema de ComunicaçãoPantanal S/C Ltda	53900.028111/2016-79
2058	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	Campo Maior	PI	29	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	53900.025900/2016-58
2057	Televisão Verdes Mares Ltda	Carnaubal	CE	41	Televisão Verdes Mares Ltda	53900.028531/2016-55

PORTARIA Nº 2.084, DE 11 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art. 1º O Parágrafo único do art. 10 da Portaria nº 500, de 8 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 9 de novembro de 2005, alterado pela Portaria nº 135, de 25 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O Ministério das Comunicações poderá promover a inclusão de até sete motivos adicionais ao total eleito pela CFN, ou a exclusão destes, em casos excepcionais de relevância nacional e que venham a ocorrer após a aprovação do Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 2.097, DE 11 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Dar publicidade a autorização para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, deferidas as entidades listadas em anexo.

ANDRÉ FIGUEIREDO

ANEXO

Nº DA PORTARIA	ENTIDADE	MUNICÍPIO	UF	CANAL	GERADORA	Nº DO PROCESSO
2088	Fundação Três Fronteiras	Navegantes	SC	47	Fundação Três Fronteiras	53900.028467/2016-11
2089	Fundação Três Fronteiras	Mossoró	RN	41	Fundação Três Fronteiras	53900.028466/2016-68
2090	Fundação Três Fronteiras	Campina Grande	PB	29	Fundação Três Fronteiras	53900.028462/2016-80
2092	Rádio e Televisão União Ltda	Tiangúá	CE	47	Rede União de Rádio e Televisão Ltda	53900.024791/2016-51
2099	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	Miracema doTocantins	TO	19	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	53900.025222/2016-23
2103	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	Porto Nacional	TO	29	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	53900.025206/2016-31
2102	Televisão Independente de Sao José do Rio Preto Ltda	Taubaté	SP	34	Televisão Independente de Sao José do Rio Preto Ltda	53900.004053/2016-98,
2101	Rádio Voz do Cerrado Ltda	São Luís	MA	30	Fundação Educativa Eduardo S/A	53900.029088/2016-30
2100	Rádio Voz do Cerrado Ltda	Timon	MA	15	Fundação Educativa Eduardo S/A	53900.029092/2016-06
2098	Televisão Verdes Mares Ltda	Ocara	CE	40	Televisão Verdes Mares Ltda	53900.028547/2016-68
2096	Televisão Verdes Mares Ltda	Ipu	CE	19	Televisão Verdes Mares Ltda	53900.028946/2016-29
2095	Televisão Verdes Mares Ltda	Trairi	CE	42	Televisão Verdes Mares Ltda	53900.028944/2016-30
2091	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	Lago da Pedra	MA	21	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	53900.025099/2016-41
2094	Televisão Verdes Mares Ltda	Chorozinho	CE	40	Televisão Verdes Mares Ltda	53900.028949/2016-62
2107	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	Beberibe	CE	40	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda	53900.026632/2016-91

PORTARIA Nº 2.111, DE 11 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I, II e IV, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Fica instituído o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto Minha Cidade Inteligente a ser implementado com recursos do Orçamento Geral da União - OGU para o exercício de 2016.

§ 1º Serão recebidas, exclusivamente, propostas inscritas nos prazos e condições estabelecidos nesta Portaria e no Edital a ser disponibilizado no sítio do Ministério das Comunicações.

§ 2º Para o processo de avaliação, os municípios concorrerão em três grupos distintos de acordo com sua população, definindo-se um valor máximo de recursos a serem disponibilizados para cada grupo, conforme tabela abaixo:

Tipo de município	População	Valor máximo
Grande	Maior que 1 milhão de habitantes	Até 20% do orçamento total
Médio	Entre 100 mil e 1 milhão de habitantes	No mínimo 50 % do orçamento total
Pequeno	Menor que 100 mil habitantes	No mínimo 30% do orçamento total

§ 3º Caso o recurso destinado a um grupo não seja utilizado, ele será destinado ao grupo inferior da tabela;

§ 4º A verificação do número de habitantes dos municípios deverá ser feita com base na mais recente estimativa populacional, disponível no sítio eletrônico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 5º Preferencialmente, 60% dos municípios selecionados em cada grupo deverão ser das regiões Norte e Nordeste. Caso o total de propostas habilitadas em cada grupo não preencha esse quantitativo, poderão ser selecionados municípios das demais regiões geográficas do País;

§ 6º Os critérios de seleção deverão contemplar, entre outros: índices de baixa quantidade de acessos à internet em banda larga; preexistência de infraestrutura de rede óptica de propriedade dos

municípios; existência de órgãos municipais de governança de redes de telecomunicações; existência de serviços de governo eletrônico; iniciativas próprias de inclusão digital; parcerias com instituições públicas e/ou privadas para iniciativas de inclusão digital; iniciativas de produção de conteúdos. O detalhamento dos critérios e sua respectiva pontuação constarão do Edital de Seleção;

§ 7º Não serão beneficiários da ação prevista no caput os municípios que não demonstrarem capacidade de contratação efetiva de link de alta capacidade, preferencialmente provido por fibra óptica, sendo priorizados o que já tiverem compromisso firmado, passível de comprovação, com empresa de fornecimento de conexão à internet.

Art. 2º Os municípios selecionados serão apoiados por meio das seguintes ações:

I - implantação de uma infraestrutura de rede para conexão à internet de órgãos e equipamentos públicos locais;

II - instalação de pontos públicos de acesso à internet para uso livre e gratuito pela população;

III - instalação de solução de gerenciamento da infraestrutura para o funcionamento da rede;

IV - implantação de infraestrutura e serviços de monitoramento e vigilância, de melhoria de eficiência de serviços públicos e otimização de ações do município, conforme descritas em termo de referência a ser definido pelo Ministério das Comunicações;

V - apoio e suporte técnico ao longo de seis meses (operação assistida) para garantir o funcionamento da rede e da infraestrutura implantada; e

VI - programas de formação e capacitação dos servidores públicos e da população para o uso das ferramentas das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para melhoria da gestão pública e promoção da cidadania.

Art. 3º Não serão objeto de apoio no âmbito do Projeto Minha Cidade Inteligente as seguintes ações:

I - manutenção da rede após a doação para o município;

II - contratação de link de acesso à internet;

III - terminais de informática para usuário final (computadores, impressoras, etc.);

IV - custos de licenciamento perante a Anatel e outros órgãos;

V - contribuições e tributos; e

VI - custos de licenças para passagem e compartilhamento da infraestrutura de energia elétrica (postes, etc.).

Art. 4º O processo de seleção de propostas será realizado em três etapas externas, nos prazos estabelecidos no Anexo desta Portaria, conforme descritas a seguir:

I - recebimento de propostas de seleção e habilitação para participação no Projeto Minha Cidade Inteligente exclusivamente por intermédio de formulário eletrônico disponível no sítio do Ministério das Comunicações (www.mc.gov.br);

II - envio de documentos e análise das propostas; e

III - divulgação dos municípios selecionados para participar do Projeto.

Parágrafo único. O acesso ao sistema para o preenchimento do formulário eletrônico de que trata o inciso I será efetivado por intermédio de senha própria, a ser obtida no sítio do Ministério das Comunicações (www.mc.gov.br), que será válida para todas as ações do Projeto Minha Cidade Inteligente a que se refere esta Portaria.

Art. 5º O processo de seleção de propostas compreenderá ainda as seguintes etapas internas:

I - recebimento das propostas;

II - habilitação preliminar das propostas, considerando a adequação da documentação apresentada às especificações constantes desta Portaria e do Edital de Seleção;

III - seleção e classificação das propostas, de acordo com os critérios definidos nesta Portaria e no Edital de Seleção.

§ 1º A avaliação das propostas será efetuada por Comissão de Seleção e Classificação de Projetos de Cidades Inteligentes, a ser designada por ato específico.

§ 2º A Comissão de que trata o § 1º elaborará Relatório de Avaliação de Propostas e o encaminhará para o Departamento de Inclusão Digital, que o submeterá, em seguida, à homologação do Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações.

Art. 6º A apresentação da proposta nos prazos e condições estabelecidas nesta Portaria e no Edital de Seleção será de responsabilidade exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.